

Os Açorianos e a Produção Leiteira no Rio de Janeiro (1860 - 1937)

Autor(a): Judite Toste Evangelho | **Saiba mais sobre o(a) autor(a)**

Co-Autor(es): não tem

Tema: História

Subtema: Economia Luso - Brasileira

Referência geográfica do conteúdo: Rio de Janeiro - RJ, Brasil

Data de publicação: 29/10/2008

Referência da Primeira Publicação:

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira - Volume XLIX - 1991

Línguas disponíveis: Português

RESUMO

Este trabalho aborda a atividade profissional dos açorianos na produção e comércio de leite em estúbulos localizados por toda a cidade do detalha o auge e a decadência desta profissão, assim como, a transição para seguinte atividade: o comércio varejista de carnes. Cujo tem mesma autora, em seu primeiro trabalho de pesquisa inserido neste Portal das Comunidades Açorianas.

CONTEÚDO

Os Açorianos e a produção leiteira no Rio de Janeiro (1860 - 1937)

Como é do conhecimento geral entre os imigrantes oriundos de uma mesma região, ocorre, com frequência a confluência do mesmo determinado local da terra de acolhimento.

A constatação de que, uma grande maioria dos açorianos residentes no Rio de Janeiro desempenha a mesma profissão, o comércio varejista e a curiosidade de conhecer qual a origem deste fato.

Por intermédio de relatos orais, obtive informações de que a principal atividade, imediatamente anterior a esta, foi a produção e comércio apropriadas, os estúbulos, que se localizavam por toda a zona urbana da referida cidade.

Procurei nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro a documentação referente ao período entre 1920 e 1940, o qual englobava a crise enfrentada encerramento definitivo dos estúbulos. Os documentos dessa época não foram encontrados; mas existem muitos do período de 1860 a 1918, no Rio de Janeiro. E foi baseada no estudo destes códices, complementado com vários depoimentos, que me propus a elaborar esta comunicação.

O leiteiro deste período era português, isto a literatura o comprova. Se era açoriano, apenas um dos documentos o atesta, contudo é afirmado grande maioria dos estúbulos pertencia a açorianos, além de que nos documentos da época predominam os antropônimos reconhecidos como açorianos. Quando um pesquisador se propõe a conhecer as causas da emigração, depara-se com várias razões, entre elas a dificuldade financeira, a irredutibilidade da terra e o desejo de proporcionar, a si e a sua família, uma vida melhor em terras distantes.

Dentre os vários fatores enumerados acima, o interesse econômico é o motivo essencial que conduz o emigrante a abandonar sua terra de origem. O desempenho profissional lucrativo é um dos meios que o leva à concretização do seu objetivo, o sucesso desse desempenho é imprescindível para a realização pessoal na terra de acolhimento.

Assim o emigrante açoriano dirige-se ao Rio de Janeiro, levando consigo toda a bagagem cultural e profissional do meio em que vivia. Seu nível de escolaridade é tão insignificante que o torna um ser alienado quanto ao papel que exercerá na sociedade estranha que o receberá.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, a maioria dos açorianos inicia-se no trabalho dos estúbulos e alguns no comércio de carne. Sendo assim, questionamentos sobre este tema. - Como transcorre a mudança entre o exercício da atividade no estúbulos e no açougue? - Como reagiu o açoriano ao instalar-se nos estúbulos?

Desde a época do império existiam estúbulos no Rio de Janeiro. Seus primórdios procedem de pequenas unidades de três, cinco ou sete vacas instaladas no momento de sua extração à porta do freguês.

"As primeiras horas matinais peregrinava de porta em porta a chamada trindade madrugadora: a vaca o bezerrinho e o leiteiro português, trazer e vender o alimento da fonte legítima. Este volante de leite era autorizado a exercer a sua profissão através do seu respectivo alvará, seu lucro tirado da Caixa Econômica e em lousas esterlinas postas a ferro no fundo das arcas" 1

Os estúbulos se situavam em plena área urbana até que, em 1881, um edital decretou uma zona proibida que delimitava um perímetro na cidade onde não era permitido o estabelecimento de estúbulos. Atribuiu-se esta decisão não só ao excesso de população, às condições de insalubridade das condições de vida da cidade. Os estúbulos permaneceriam relegados aos arredores desse perímetro: aquele que fosse considerado irregular seria interditado em um prazo para que efetuasse sua transferência fora daqueles limites ou encerrasse suas atividades.

Os proprietários das albergarias apelaram contra este edital, a fim de continuarem com as mesmas na zona proibida, alegando o fato de habitar suas famílias, acrescentando que todos eles eram saudáveis. Além disso, a distância entre os estúbulos e a cidade retardaria a distribuição do leite. Entretanto, em 1883, outro decreto exigia a remoção definitiva das albergarias sob pena de apreensão dos animais.

As condições de salubridade eram motivo de preocupação das autoridades sanitárias. Por isso, em 1884, uma postura regulamentou sobre a produção de leite, depois de examinadas, seriam separadas em relação ao seu estado de saúde, para evitar que fosse vendido à população leite de vacas doentes. As vacas eram consideradas "imprestáveis" e parte de sua alimentação (uma ração caseira de feijão cozido) era contra indicada, embora a alimentação fosse adequada. Acreditava-se que o fato das vacas permanecerem imobilizadas tornava-as propensas à doença como paralisia e anemia. O excesso contribuía para a diminuição da secreção do leite, depreciando sua qualidade, o mesmo acontece com as vacas tuberculosas.

O único recurso existente para o reconhecimento da tuberculose nas vacas era o exame do leite pelo galactômetro, que demonstrava a alteração predominante de princípios açucarados, independente de outras alterações.

Temia-se que o leite e a carne bovina fossem um veículo de transmissão de tuberculose. Por conseguinte, as vacas tuberculosas seriam abatidas e despachadas pelo administrador da estrada de ferro D. Pedro II, seus donos não teriam direito a indenização alguma.

A fiscalização oficial atuava permanentemente nos estúbulos: sua missão era a de fazer observar os princípios da higiene, cuja vigilância dirigida pelo vasilhame do leite, sendo o de cobre proibido e permitido o de flandres.

Embora oprimidos em vários sentidos, os donos das hospedarias dessas holandesas continuaram com elas durante vários anos; depois da proibição em 1889, estas albergarias estavam intercaladas entre os prédios de habitação no alinhamento das ruas, invadindo os bairros residenciais.

As moradias dos proprietários dos estúbulos situavam-se anexas aos mesmos, os quais eram muito precários quanto à higiene. No final do século XIX um decreto estabeleceu melhores condições sanitárias, exigindo remodelações adequadas em suas construções, a fim de satisfazerem as condições de salubridade. Decretou também que os mesmos não passariam a novos proprietários sem que cumprissem as disposições desta lei.

Nestas reformas dos estúbulos, em um deles foi adaptada uma parte do local para instalação de um açougue, demonstrando então a transição das atividades sendo simultaneamente exercidas.

Em 1903, durante o exercício desta lei de renovação, existiam no Distrito Federal 352 estúbulos, (neste mesmo ano foi proibido o volante do leiteiro e os vaqueiros que, em 1907, possuíam 3.045 vacas estabuladas, eram licenciados mediante uma contribuição anual, exigida por lei: a licença era de maioria deles era açoriana, e devido à sua condição de analfabetismo foi-lhes atribuído o desconhecimento dos regulamentos, por isso pass

cumprimento da legislação. Esta justificativa quando foi utilizada foi indeferida pelas autoridades relacionadas aos serviços regulamentares. Perante todas estas circunstâncias estes pequenos produtores coligaram-se socialmente através da "Sociedade União dos Estábulos" cuja criação data de 1904. Esta sociedade prestava serviços e defendia os direitos sociais da classe especialmente em relação à sua profissão (como elevação da vacinação do gado, reclamações quanto à incompetência dos serviços de Assistência e Saúde Pública, contra a concorrência do leite de fora que atuava também no plano de assistência social (auxílio funerário, apoio para viagens etc.).

Neste período, o governo de Rodrigues Alves dirigia um rígido programa de administração sanitária. Oswaldo Cruz, um renomado sanitarista no cargo de Diretor Geral da Saúde Pública, junto com o prefeito Pereira Passos e outros, foram incumbidos de varrerem a cidade o que com os flagelos que minavam a população, entre eles incluíam-se os estábulos. Contudo estes não tiveram os seus dias contados, porque os donos conseguiram mais tempo, por meio de reclamações e apelos ao Poder Judiciário assim protelando por anos o eclipse completo deste tipo de remoção dos excrementos e capinzais para longe (o cultivo e comércio de capim foi extinto na zona urbana em 1904), submetido ao controle e fiscalização, abriu-se a aurora da evolução sanitária.

Os estábulos aumentaram progressivamente o número de suas vacas. No segundo quartel do nosso século, já havia ranchos de 20 e 30 vacas, leite era comercializada no estabelecimento anexo ao estábulo, denominado "botequim", a outra parte era vendida a domicílio. Esta prática englobava uma atividade familiar, onde atuava toda a família do proprietário além dos empregados, nas tarefas da extração do leite, da preparação de capim, na venda e distribuição do leite, na limpeza do estábulo, etc.

A morte de algumas vacas, em pleno período de produtividade, prejudicava intensamente o vaqueiro diminuindo assim o lucro do seu negócio.

Após 1930, durante o primeiro período de governo do presidente Getúlio Vargas, tais produtores começam a sentir os primeiros sintomas do fim da subsistência, fonte de seu trabalho e do trabalho de sua família.

A partir da data acima referida, os vaqueiros eram freqüentemente importunados pela fiscalização da Saúde Pública. A pesquisa de tuberculose resultava positiva, por isso as vacas eram compulsoriamente removidas pelas autoridades sanitárias, para o hospital veterinário, de onde eram locais desconhecidos, ignorando-se completamente o seu paradeiro. O desaparecimento das vacas fazia com que os vaqueiros se questionassem sobre o reaproveitamento.

A perda da fonte produtora levou os proprietários dos estábulos ao enfraquecimento econômico. Assim iludidos em reforçar seu negócio com a substituição das eliminadas; entretanto a doença continuava assim como, a remoção, fato que os conduzia cada vez mais à decadência financeira sua atividade produtora levava-os a não acreditar nos boatos que à muito tempo prediziam que os estábulos desapareceriam da cidade no futuro. Outro fator que continuava prejudicando a atividade desempenhada pelos açorianos, foi a concorrência do leite procedente das fazendas dos Estados e de Minas Gerais, que era transportado no "trem leiteiro" e distribuído pela cidade em caminhões - pipa chamados "vacas leiteiras". Este leite era reduzido pois, comportava menos despesa do que o leite das cocheiras. A campanha difamatória através da imprensa anunciando que o leite era contaminado porque, as vacas estavam tuberculosas, também contribuiu para o aumento do consumo do leite procedente das fazendas dos Estados e fundou a Comissão Executiva do Leite, com postos para o seu comércio, localizados por toda a cidade.

Alguns destes proprietários, nos últimos anos, venderam seu gado por preços muito abaixo do seu valor real, outros persistiram até o dia e encerraram compulsoriamente seu estabelecimento. A resistência dos açorianos foi orientada pela "Sociedade União dos Estábulos", apelando ao objetivo de obter a indenização pela qual lutaram e que, não obstante, nunca alcançaram.

A indenização seria uma fonte financeira a ser utilizada pelos vaqueiros para se instalarem em outro local fora da zona urbana a exercer a sua atividade, adquirir outro meio autônomo de trabalho e subsistência. "A transferência de local dos estábulos não se efetuou porque a intenção das forças : para obterem o monopólio do leite". 2

Em consequência deste conjunto de forças negativas (a pressão dos fiscais da saúde pública com multas freqüentes, a concorrência do leite proibida, a perda de suas melhores vacas, devido à tuberculose), fecharam-se alguns estábulos espontaneamente e os outros compulsoriamente. Um número insignificante de açorianos transferiu-se para a roça (o campo), e continuou no mesmo tipo de atividade, porém não logrou sucesso possuía qualquer apoio tanto da administração pública quanto da iniciativa privada (por exemplo uma indústria de laticínios que absorvesse o leite além de ser constantemente importunado pela fiscalização. Outros ex-produtores de leite transferiram-se para o pequeno comércio, alguns para a venda do leite proveniente dos Estados e no comércio de carnes.

A consequência da falta de esclarecimento desta comunidade foi de torná-los frágeis frente às pressões contrárias à sua profissão assim, perante uma nova solução. Contudo, eles se organizaram através de sua associação de classe, que os unia e fortalecia perante os obstáculos profissionais, lutando até o final contra a sua extinção.

Quanto à substituição do comércio de leite para o comércio de carne, constata-se a evidência da transição pela prática simultânea das duas atividades conjuntas, como revela um documento da época.

A mudança de profissão decorreu de uma crise em que se destaca o crescimento da cidade, a evolução sanitária e a concorrência dos fazendeiros Gerais. Esta crise foi suficientemente importante para levar ao encerramento de um ciclo profissional desse determinado grupo.

"Se a pequena produção leiteira e o comércio varejista de carnes surgem independentes, e se o imigrante açoriano participou de ambas caracterizadas, em termos gerais, a substituição de uma profissão pela outra. Além disto, com a falência dos estábulos, os vaqueiros seguiram a existência de uma descendência direta, mas ao que tudo indica, há uma forte ligação entre o fechamento dos estábulos e a expansão do comércio varejista

REFERÊNCIAS

Códices:

ANT (1 107-A) 43-1-15 - "Estábulos" - Diretoria de Estatística e arquivo (2ª seção) 1896-1900.

ANT (1 107 - B) 43 - 1 - 16 - "Estábulos" Licenças para construção e reconstruções. Diretoria de Estatística e arquivo (2ª seção) 1901-1902.

ANT (1 107- C) 43 - 1 - 17 "Estábulos" Licenças para construção e reconstruções. Diretoria de estatística e arquivo (2ª seção) 1882-1913.

8 - 2 - 7 - Higiene Pública - Mapas enviados à Diretoria Geral de Higiene pelas repartições anexas. 1893-1898.

58 - 4 - 24 - Comércio de Leite - 1918.

58 - 4 - 24A- Comércio de Leite - 1924 - 1928.

59 - 1 - 7 - Comércio de Leite 1856 - 1895.

59 - 1 - 11 - Comércio de Leite - Cocheiras - 1866 - 1887.
 59 - 1 - 14 - Comércio de Leite - 1880-1886.
 59 - 1 - 20 - Estábulos de Vacas - Freguesias da Gávea, Lagoa, Glória, S. José, Sto Antonio, Sta. Ana, do Espírito Santo, de S. Cristóvão Engenho Novo, e de Inhaúma - 1885 - 1887 - 1889.
 59 - 1 - 21 - Estábulos de Vacas - (Registro) - 1885 - 1888.
 59 - 1 - 21 - Comércio de Leite de Indústria de Laticínios - 1895 - 1913.
 59 - 1 - 36 - Comércio de Leite - 1898 - 1911.

Fontes Impressas:

- Sociedade União dos Estábulos - Vacinação do Gado
 Requerimento ao Juízo Federal da 1ª Vara
 Interdicto Proibitório
 Imprensa Gutenberg, RJ, 1905.

- FONTES, Antonio Cardoso - Tuberculose Bovina
 Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues e Co., RJ, 1918.

- CINTRA, Alarico J. Coelho - Bisbilhotando o Passado
 (...do Rio das vacas gordas...)
 Ed. Brand. Conquista, RJ, 1957

- O Radical - 6 - 10 - 1937 - Rio de Janeiro

Relatos orais:

Depoimentos de ex-proprietários e ex-trabalhadores de estábulos.

Relação de entrevistados mais relevantes, datas de nascimento e de chegada ao Brasil:

Drumond (1895) 1902 - Trabalhou num açougue na área do Mangue.
 João Machado Lourenço, (1914), 1931 - O avô e o pai possuíam estábulos na Tijuca.
 José Pereira Rozeira, (1911), 1931 - Trabalhou no estábulo fundado antes de 1920, pertencente a José Gonçalves, depois passou para açougue
 Maria da Gloria Pires, (1907) - O avô tinha um açougue na Tijuca.
 Maria Ilca Lourenço, (1923) - O pai possuiu 3 estábulos e uma venda no bairro da Tijuca
 Francisca Parreira Gusmão, (1910), 1923, a família possuía um estábulo na Tijuca.
 Maria da Conceição Lemos Faria, (1906), 1924, possuía um estábulo que foi fechado em 1937 e um botequim anexo.
 Emilia Aniceto (1909), 1925 - um estábulo igual ao acima citado.
 Emilia Candida Rodrigues, (1910) - O marido foi vendedor de leite em carroças no Bairro da Tijuca, empregado numa vacaria em Campo Grande de vacaria no mesmo bairro com um total de 7 vacas.
 Rosa Mendes, (1912), 1929 - O marido trouxe capital comprou 4 estábulos, 2 na Tijuca e dois no bairro do Meier, possuindo 4 empregados e veio José Aniceto da Silva, irmão de Emilia Aniceto, (1914), 1932 - trabalhador de um estábulo, após o seu fim passa a vendedor de leite, até a com Aniceto de um estábulo. Seu sogro possuía uma vacaria em Campo Grande.
 Teixeira, 1938 - foi vendedor de leite vindo de Minas em caminhões frigoríficos.
 Antonio Vieira Amaro Filho, (1938), O pai possuía uma vacaria em Campo grande, onde conheceu 7 estabelecimentos iguais.
 Brígida Garcia, (1916), 1938 - Possuiu um estábulo aberto em Campo Grande.

NOTAS

- 1 - Luis Edmundo, "O Rio de Janeiro do Meu Tempo", 1957.
- 2 - Antonio Parreira, ex-trabalhador de estábulo.
- 3 - Professor Francisco Silveira, descendente direto de açorianos.